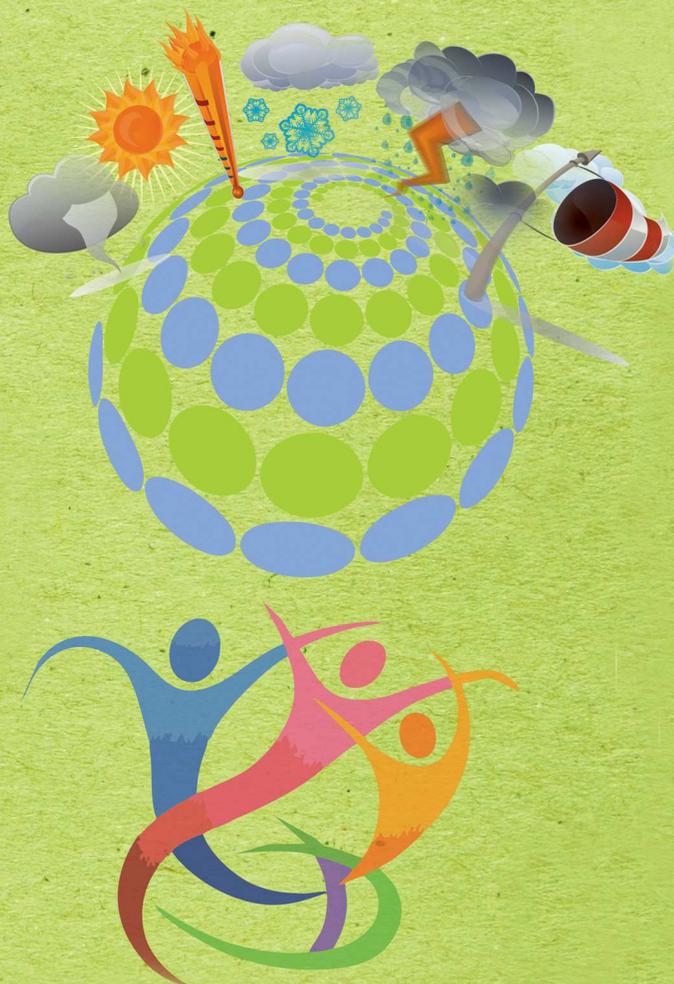


Roberto do Carmo – Norma Valencio
ORGANIZADORES

SEGURANÇA HUMANA NO CONTEXTO DOS DESASTRES



Fórum
Mudanças Climáticas
e Justiça Social

© 2014 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Ilustração da capa

Priscila Marchiori Dal Gallo

S456s Segurança humana no contexto dos desastres / organizado por
Roberto do Carmo e Norma Valencio – São Carlos: RiMa Editora,
2014.

210 p. il.

ISBN – 978-85-7656-295-5 – e-book.

1. Sociologia dos desastres. 2. Segurança humana.
3. Vulnerabilidade. I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 34111729

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DOS RISCOS: PREVENÇÃO E DESAFIOS DA RECONSTRUÇÃO LOCAL

*RAQUEL DUARTE VENTURATO
LAYLA STASSUN ANTONIO
CRISTÓVÃO OLIVEIRA
EDÍLSON MOURA*

INTRODUÇÃO

Diante do aumento de situações desafiantes que colocam milhares de pessoas em processo de vulnerabilização social no Brasil, levando-as a serem afetadas pelos desastres, o presente capítulo pretende apresentar uma breve síntese de três discursos ativos, mas nem sempre convergentes, quais sejam: o que se assenta no científico no tema, o do meio técnico-perito-institucional e o da sociedade civil. Para tanto, enfeixamos a literatura científica que salienta o papel da organização comunitária e os desafios da prevenção aos desastres, de um lado, e de recuperação local, de outro; a análise documental de relatórios técnicos recentes sobre os temas de risco, desastres e mudanças climáticas; e, por fim, apresentação de uma percepção da sociedade civil sobre o tema, enfocando as principais dificuldades dos grupos sociais locais que enfrentam um desastre.

Na primeira parte deste texto, é feita uma breve síntese de autores que enfatizam a importância da participação social nas tomadas de decisão de políticas públicas no tema da segurança humana em contexto de desastres. Em seguida, são ressaltados alguns aspectos de relatórios técnicos recentes relativos à orientação de ações de prevenção e de resposta diante das situações de desastre, o que suscita a posição crítica dos autores do presente capítulo.

Para igualmente contrapor-se ao discurso institucional imbuído nos mencionados relatórios técnicos, traz-se à luz a contribuição recente do Movimento Nacional de Atingidos por Desastres Sociais (MONADES) e de uma liderança local de um bairro habitualmente atingido por inundações no município de São Paulo (SP), os quais relatam as dificuldades cotidianas de grupos sociais afetados nos desastres no que se refere a diferentes dimensões da vida social, em termos materiais e simbólicos.

Para concluir, buscamos novamente explicitar a posição central de cada uma das visões acima elencadas a fim de que o leitor tenha condições de distingui-las, identificando as convergências e divergências entre as mesmas.

DEBATE CIENTÍFICO E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NAS AÇÕES DE REDUÇÃO DOS DESASTRES

A importância de reforçar a capacidade das comunidades locais na redução de desastres tem sido repetidamente enfatizada por vários autores ao longo dos anos. Até a Federal Emergency Management Agency (FEMA), dos Estados Unidos, hoje reconhece que, para se conseguir uma gestão de desastres mais adequada, é crucial obter a participação das comunidades locais. Mas isso não é tarefa fácil.

Primeiramente, é preciso examinar o modo de vida local para constituir uma participação política representativa e coadunada com o mesmo (VALENCIO, 2010). Para construir comunidades resistentes aos desastres, o primeiro passo é estabelecer uma relação de confiança entre as partes – a comunidade e o meio perito responsável pelo tema de desastres – de forma que constituam uma sociedade orientada para lidar com as eventuais rupturas nas dimensões materiais, identitárias e simbólicas de sua vida cotidiana, isto é, aliar proteção civil e defesa civil. Autores como Karanci e Aksit (2000) enfatizam a necessidade comunitária de desenvolver e implementar, juntamente com autoridades locais, planos de mitigação e prevenção dos desastres. No entanto, é preciso atentar sobre as formas pelas quais essas relações são estabelecidas. Atualmente, o que mais se constata é o caráter impositivo da orientação técnica acerca de como proceder diante de uma situação de emergência, o que reduz o valor inerente da proteção civil, em que a comunidade se organiza nos seus próprios termos.

O'Brien (2007) salienta que essas relações hierárquicas que ocorrem no plano político se devem à subordinação e escassez de representação da comunidade científica das Ciências Humanas e Sociais no debate público no tema desastres, isto é, as Ciências Humanas e Sociais não têm tido o poder de influir nas políticas públicas sobre o tema e chamar a atenção para formas alternativas de entender o problema e as relações entre os grupos sociais envolvidos. Para a autora, não há detalhamento das necessidades sociais em cada um dos casos de desastres investigados pelas ciências dominantes para orientar a construção política, isto é, não se consideram as especificidades socioculturais dos grupos afetados, ao contrário, há expressiva valorização dos aparatos tecnológicos, o que promove, entre outras consequências, o distanciamento entre as partes que atendem e são atendidas no contexto do desastre ocorrido.

É praxe, no meio técnico, pensar a gestão de emergência a partir de quatro fases: a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação. Se fôssemos adotar essa mesma perspectiva a partir de um olhar das Ciências Humanas e Sociais, diríamos que a fase preventiva deveria incluir o acesso e a manutenção prévia de toda a infraestrutura pública de uma localidade suscetível, bem como a proteção aos direitos do meio social, de modo a considerar uma redução, o mais possível, do processo de vulnerabilização através do combate antecipado às injustiças sociais, políticas e ambientais (ACSERALD, 2006).

O resultado da falta de interação entre o planejamento urbano e a gestão de emergência é que algumas iniciativas de planejamento urbano, inadvertida-

mente, colocam as pessoas em risco considerável (BRITTON; LINDSAY, 1995), além de reproduzir uma política baseada na violência simbólica, através da tecnificação do discurso e das práticas utilizadas para destituir algumas comunidades de qualquer poder sobre o destino de seu lugar de vivência e de seu próprio destino, incluindo a imposição de deslocamentos compulsórios (ACSERALD et al., 2009; VALENCIO, 2009).

Kirschenbaum (2002), em sua reavaliação do conceito *preparedness*, define quatro fatores determinantes para a preparação aos desastres, a saber: (1) as *provisões*, referente aos víveres necessários à sobrevivência; (2) o *nível de habilidade*, que diz respeito à habilidade e conhecimento para reduzir injúrias e mortes; (3) o *planejamento*, no âmbito da coordenação e prontidão cooperativa familiar para atuar como uma unidade; e (4) a *proteção*, entendida como a disponibilidade de meios físicos para reduzir, amenizar ou neutralizar os efeitos dos desastres. Segundo o autor, esses quatro fatores independentes são aplicáveis à maioria das situações de desastres. Para cada caso, um desses fatores deve ser adaptado em seu significado.

Preparação para emergências refere-se à disponibilidade de uma jurisdição política de reagir construtivamente às ameaças do ambiente, de forma a minimizar as consequências negativas do impacto para a saúde pública, para a segurança das pessoas, para a integridade e para o funcionamento das estruturas físicas e dos sistemas de objetos daquela localidade. A preparação, em tese, acontece por meio de um processo de planejamento, treinamento e exercício acompanhados pela aquisição de equipamentos e aparelhos para apoiar a ação de emergência (PERRY; LINDELL, 2003), contanto que seja considerado o conhecimento local da população sobre os reais desafios a enfrentar e que este conhecimento técnico não sobreponha os direitos da pessoa humana.

Quarantelli (1976) afirma que o planejamento não pode se basear somente em um caso emblemático de desastre, como também no caso mais recente ou em um conjunto de casos similares. Deve-se planejar pensando em desastres em geral, reais e não ideais; pautando-se no tempo futuro e não no passado. É insuficiente absorver os ensinamentos de uma experiência passada, embora o autor afirme que essa costuma ser a tendência das ações de planejamento. Novas tecnologias que a sociedade introduz em seu cotidiano trazem novos tipos de riscos de desastres, produzindo crises que tendem a tomar dimensões catastróficas, e há certos princípios de planejamento que podem parecer simples na superfície, mas que, se ignorados, tornarão a resposta não satisfatória em uma situação de emergência (QUARANTELLI, 1998; 2006). No entanto, é recorrente que, em ações de preparação, o planejamento de ações para implantação numa dada localidade seja feito pelo meio técnico sem que haja consulta às pessoas que ali sofrerão com possíveis rupturas em seu repertório de sentidos. O melhor em termos de preparação seria considerar a posição das pessoas, ou seja, ajustar os planos às pessoas cujas vidas precisam preservar ou retomar suas rotinas e não as pessoas se ajustarem aos planos. Mas, ainda assim, relações técnicas impositivas são recorrentes, imperando uma ausência de diálogo do meio técnico com os grupos sociais afetados, o que faz com que as ações

interventivas não atendam às prioridades da comunidade, ocasionando várias formas de violência em seu modo de vida, a começar pela violência simbólica.

Outra questão importante é que desastres são fenômenos multidimensionais e, como tal, não se comportam como uma unidade, com fases bem definidas e delimitadas. Um desastre muda no decorrer do tempo. É necessária uma visão dinâmica e não estática das suas consequências. Para diferentes comunidades afetadas, um “mesmo” desastre terá duração e prioridades diferentes. A partir disso, há muitas implicações para o planejamento das ações recuperativas, que demandam soluções complexas. Ademais, a preparação para um desastre não deve mais ser vista apenas como a capacidade de responder a um evento, mas também como a de antecipar as diferentes formas possíveis de abordar o evento de forma resiliente (HÉMOND; ROBERT, 2012).

Alexander (2004) afirma que, atualmente, há poucas normas e padrões de como o planejamento de emergência, as operações de campo e o treinamento de pessoal devem ser conduzidos. O autor aponta a necessidade do estabelecimento desses *standards*, principalmente no treinamento para emergências. Essas normas são importantes para garantir a competência e a eficácia dos procedimentos, porém, as mesmas possuem os seus limites, pois não devem ser instrumentos de aplicação universal. Quanto a isso, Quarantelli (1998) já havia criado um rol com dez critérios básicos, no qual indica se uma comunidade e o meio técnico se planejam apropriadamente para um desastre, abaixo apresentado:

PLANEJAMENTO EM DESASTRES

1. Os esforços devem se concentrar em planejamento e não em produção de documentos escritos.
2. Reconhecer que os desastres são quantitativa e qualitativamente diferentes de pequenas emergências e crises diárias.
3. Ser genérico, em vez de buscar um agente específico.
4. Basear-se numa coordenação de recursos emergentes e não numa ordem e num modelo de controle.
5. Concentrar-se em princípios gerais e detalhes não específicos.
6. Basear-se no que é provável que aconteça.
7. Ser vertical e horizontalmente integrado.
8. Esforçar-se para evocar ações adequadas, antecipando eventuais problemas e possíveis soluções.
9. Usar o conhecimento das Ciências Sociais e não os mitos equivocados.
10. Reconhecer que planejamento e gestão de desastres correspondem a processos dissociados.

Fonte: Quarantelli (1998) (*tradução nossa*).

Em vista dos vários desastres que têm afetado comunidades em todo o mundo, as noções de adaptação e manutenção das atividades cotidianas dos grupos sociais afetados tornaram-se muitos importantes. Desde a Conferência de Hyogo, em 2005, o conceito de *preparedness* vem sendo substituído pelo de resiliência. Pensa-se que uma comunidade resiliente resista à exposição a riscos e se adapte para alcançar e manter um nível aceitável de funcionamento e estrutura. “*This is determined by the degree to which the social system is capable of organizing itself to increase this capacity for learning from past disasters for better future protection and to improve risk reduction measures*” (UNISDR, 2005). A Conferência de Hyogo gerou fundamentos para expandir o conceito de medidas de gestão de emergência e incluir o de resiliência comunitária. Segundo Hémond e Robert (2012), essa resiliência deve ser combinada com a capacidade de adaptação, e os órgãos municipais precisam trabalhar em conjunto com os proprietários de infraestruturas críticas (HÉMOND; ROBERT, 2012).

Alguns estudos, como os de Kapucu (2008) e de Karanci e Aksit (2000), apontam que uma comunidade exposta a repetidas ameaças à sua saúde e segurança corre o risco de entrar em um estado de entorpecimento, o qual resulta em subestimação e falta de preparo apropriado para os riscos iminentes. Apesar de os sistemas de alerta estarem cada vez mais efetivos e precisos, se a comunidade não atribui o significado de perigo a eles, de nada adianta as novas tecnologias para diminuir perdas e danos. A participação bem-sucedida na antecipação dos efeitos nocivos do desastre e o envolvimento na construção de consenso nos processos de planejamento de emergência podem levar ao reforço das relações organizacionais e, assim, melhorar a eficácia das operações de resposta e coordenação da comunidade. À coordenação da comunidade cabe incentivar os seus membros a participar. Para uma comunidade ter resiliência não pode haver escassez de informação, informações conflitantes que causem desconsideração, subestimação de eventos futuros causados por repetidos alertas passados, da mesma forma que os cidadãos não podem acreditar serem incapazes de dar a resposta recomendada ou achá-la ineficaz (KAPUCU, 2008). A comunidade deve ser incluída em todos os processos antecedentes, pois dessa forma se cria credibilidade nos procedimentos de emergência.

Estudos realizados em centros metropolitanos na Turquia demonstraram que, apesar de os membros da comunidade compreenderem os riscos de futuros terremotos e acreditarem na possibilidade de mitigação dos danos, apenas uma minoria se empenhava em atividades preparatórias. A visão das pessoas sobre o controle pessoal da mitigação não aparentava ser muito otimista e, além disso, as mesmas acreditavam que essas ações eram responsabilidade de outros agentes (KARANCI; AKSIT, 2000). As conclusões desse estudo reforçam que a confiança e as relações entre os organismos comunitários devem ser desenvolvidas antes de um desastre acontecer. Coordenação comunitária é essa interação complexa entre as múltiplas agências do governo, organizações sem fins lucrativos, empresas privadas e cidadãos. Os problemas são mais bem abordados a partir de um ângulo cooperativo, combinando recursos e evitando a duplicação. É possível envolver as comunidades na prevenção e preparação de desastres,

mas, para isso, é preciso que sejam respeitadas as peculiaridades de cada local a fim de construir comunidades resilientes por meio do incentivo à participação.

Grandes destruições requerem enormes esquemas para a reconstrução, exigindo não só o fornecimento de abrigos, mas também reabilitar as estruturas sociais e econômicas que são mutiladas, as quais correspondem ao desastre, de fato. Considerações culturais são importantes para garantir o êxito das intervenções realizadas como parte da reconstrução. Há exemplos suficientes para demonstrar que a falta de consideração dada às preocupações culturais e sociais servem para reforçar e, às vezes, até mesmo aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais (BOEN; JIGYASU, 2005).

São poucos os estudos que fornecem percepções sobre as consequências no longo prazo das ações para remediar as decorrências dos desastres, como as que envolvem o deslocamento dos grupos afetados. Entretanto, já é sabido que frequentemente a medida de realocação de grupos afetados não costuma ser adequada, pois a decisão técnica não respeita a territorialidade nem a sociabilidade daqueles que estão sendo deslocados. Ao longo das últimas décadas, houve algumas práticas de reassentamento bem-sucedidas, porém, vários países também identificaram as principais barreiras para o reassentamento de sucesso. Estas incluem a ausência de uma política de reassentamento nacional, compensação inadequada por bens perdidos e capacidade institucional insuficiente para o planejamento de reassentamentos e sua efetiva implementação. Em muitos casos, como no Brasil, os grupos sociais deslocados enfrentam deterioração significativa em sua qualidade de vida e há situações em que o retorno ao local original de moradia se impõe por motivos culturais, sociais ou econômicos (VALENCIO et al., 2012). Planejamento e gestão inadequados também são os principais fatores para o fracasso (BADRI et al., 2006). O planejamento deve ser holístico, no sentido de que não é apenas uma questão de substituir um edifício danificado e infraestrutura, mas também reconstruir comunidades, garantindo equidade, acesso aos recursos e igualdade de oportunidades para os membros mais desfavorecidos dessas comunidades, de forma a reduzir a vulnerabilidade das mesmas (ALEXANDER, 2004).

Quase nunca uma comunidade abandona completamente o local onde ocorreu um desastre. A ligação afetiva, social e identitária ao local varia de uma cultura para outra, mas é, geralmente, elevada. O processo de planejamento da reconstrução deveria necessariamente levar em consideração as ligações física, emocional, social, econômica, dentre outras, que os grupos afetados têm com o lugar. Isso não levaria às formas mais eficientes de reconstrução, mas aumentaria as chances de sucesso em comparação com soluções mais radicais que tentam varrer aspectos importantes do passado de uma comunidade (ALEXANDER, 2004). Em termos culturais, por exemplo, as iniciativas de reconstrução deveriam ajudar a restabelecer o modo de vida do povo local afetado, que verdadeiramente representa a cultura, em vez de reconstruir somente alguns edifícios históricos (BOEN; JIGYASU, 2005).

Essencialmente, o planejamento das ações de recuperação das perdas tem três objetivos principais: reconstruir em tempo conveniente com a necessidade de retorno das atividades normais e condições de vida dos grupos sociais afetados; proteger a comunidade contra o impacto futuro de eventuais perigos; formular e realizar objetivos comuns entre as partes envolvidas (ALEXANDER, 2004). Para uma recuperação bem-sucedida, primeiramente, muita atenção deve ser dada às questões sociais, econômicas e de saúde. Isso demanda a realização de pesquisas com a comunidade afetada para identificar as partes interessadas e as potenciais perdas, envolvendo todos de maneira significativa em um processo participativo. Toda informação relevante deve ser divulgada para a comunidade a cada etapa do processo, pois somente os membros dessa comunidade podem orientar a reconstrução baseada em um repertório de sentidos próprio, desenvolvido coletivamente com o passar dos anos.

A PERSPECTIVA TÉCNICA DO PROBLEMA

Relatórios técnicos do meio institucional voltado para o tema dos desastres são discursos oriundos de um ator privilegiado em torno do referido problema. E tais relatórios visam orientar, por meio desse discurso, as ações de atendimento aos grupos sociais afetados.

No plano multilateral, em resposta a um contexto de aumento das ocorrências de desastres nas várias regiões do globo, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD) no ano de 2000. O propósito da EIRD é alcançar considerável redução de perdas ocasionadas por desastres, da mesma forma que objetiva valorizar a construção de comunidades e nações resistentes, como condição fundamental para um desenvolvimento social pleno. O programa abarca numerosas organizações, Estados nacionais e a sociedade civil em nível mundial, que trabalham objetivamente para a redução das perdas, bem como se designam a implementar o Marco de Ação de Hyogo (MAH).

O MAH é o instrumento mais importante para a implementação da redução de riscos de desastres adotado pelos Estados Membros das Nações Unidas. Seu objetivo geral é aumentar a resiliência das nações e das comunidades diante dos desastres a fim de alcançar, para o ano de 2015, uma redução considerável de perdas, tanto de vidas humanas quanto dos bens sociais, econômicos e ambientais de comunidades e países. Foram estabelecidas cinco áreas prioritárias para as tomadas de decisão, a fim de aumentar a resiliência das comunidades vulneráveis aos desastres. São elas:

1. Fazer com que a redução dos riscos de desastres seja uma prioridade nacional e local com uma sólida base institucional para sua implementação.
2. Conhecer o risco e tomar medidas, de forma a identificar, avaliar e observar de perto os riscos dos desastres e melhorar os alertas prévios.

3. Desenvolver maior compreensão e conscientização, por meio do uso de conhecimento, inovação e educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis.
4. Reduzir o risco por meio de Políticas Públicas que considerem as relevâncias levantadas pelas comunidades atingidas.
5. Fortalecer a preparação das pessoas.

Outro documento, lançado em janeiro de 2013, intitulado “América do Sul – uma visão regional da situação de risco e desastre”, é o primeiro relatório específico sobre o tema que enfoca exclusivamente essa região. Foi construído pela Oficina das Nações Unidas para a Redução de Risco e Desastres (UNISDR) como parte de um projeto conjunto com o Departamento de Ajuda Humanitária e Proteção Civil e da Comunidade Europeia, a partir de consultas, diagnósticos, avaliações e outros documentos de referência que existem sobre a situação e gestão de risco no continente.

Segundo o referido relatório, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2011, foram registrados na região 4.130 desastres, nos quais 1.117.527 pessoas faleceram. Houve uma perda material estimada em 1.195 milhões de dólares (UNISDR, 2013). A vulnerabilidade dessa região se deve a múltiplos fatores que incluem desde os problemas atinentes à forma de urbanização, ao uso do solo e dos recursos naturais até as condições socioeconômicas da população e outros.

Não há uma normativa regional em torno dos desastres, embora exista uma série de acordos bilaterais entre países da região que vem reforçando a cooperação. Vários acordos foram assinados nos últimos anos, o que talvez evidencie o crescente interesse no assunto por parte das autoridades da região. Uma das diretrizes é o reforço das capacidades técnicas e institucionais. Além disso, nenhum dos países da região relatou conquistas significativas ou de compromisso real, efetivo, bem como ainda não há capacidade em todos os níveis para identificar, avaliar e controlar os riscos de catástrofes e aumentar alertas precoces. Os países da América Latina têm programas, campanhas ou estratégias comunitárias que objetivam sensibilizar o público, de forma a estimular uma cultura de resistência a desastre. Segundo a orientação do relatório, no setor da educação, os Ministérios da Educação, em especial, deveriam incluir conceitos na redução de riscos e desastres, no entanto, não mencionam a necessidade de incorporar a vertente das Ciências Sociais e Humanas no conteúdo daquilo que é discutido no tema.

A América do Sul é, com certeza, uma região muito diversificada geográfica, econômica, política, social e culturalmente, mas apresenta notórios e numerosos desafios comuns que envolvem os riscos de desastres, como inundações em bacias transfronteiriças, o que torna urgente reforçar as capacidades dos sistemas de monitoramento e previsão para esses fenômenos, mas sempre em parceria com as comunidades locais.

Enfim, a tomada de decisão na redução dos riscos de desastres na região está muito longe de antecipar, responder e recuperar a rotina das comunidades no nível a que elas aspiram. No caso específico do Brasil, o relatório intitulado “Analysis of legislation related to disaster risk reduction in Brazil”, publicado em 2011 (IFRC, 2011), aponta a necessidade de reforçar as políticas públicas direcionadas à segurança humana, pois reconhece a fragilidade dos sistemas de remediação e prevenção de desastres no país. No entanto, muitos dos relatórios técnicos no tema costumam orientar-se por um padrão direcionado para a culpabilização dos grupos sociais afetados em situações de desastres, principalmente se estes são pobres, como é o caso da maioria dos grupos afetados. Há uma indevida responsabilização dos pobres quando estes sofrem um desastre porque não conseguem que o mercado imobiliário lhes forneça acesso a terreno seguro ou quando o Estado não lhes disponibiliza infraestrutura pública protetiva e assim por diante (VALENCIO, 2010).

DA TEORIA À PRÁTICA

Uma forma de se analisar a distância existente entre as recomendações da literatura científica e os relatórios técnicos da realidade é contrapô-los à prática das comunidades afetadas nos desastres. Daí a importância dos relatos oriundos de lideranças de organizações da sociedade civil sobre as lutas e enfrentamentos diante dos desastres, como aqueles que ocorrem no contexto brasileiro.

Dois relatos de experiência, abaixo apresentados, são emblemáticos para descrever a complexidade do tecido político no qual as comunidades afetadas aos poucos constroem a legitimidade de sua participação, bem como para expor as dificuldades nessa legitimação.

O Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES) é um deles e surge depois de experiências compartilhadas com representantes dos atingidos por desastres socioambientais da maioria dos estados brasileiros, por ocasião do I Seminário dos Atingidos por Eventos Climáticos Extremos, realizado em setembro de 2011, em Brasília, e promovido pelo Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, reforçado com a participação de alguns deles no II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em novembro de 2011.

Nesse encontro de setembro de 2011, foi possível perceber, por meio das falas, o sofrimento por que passaram e continuam passando as pessoas, as famílias e comunidades que, sem alternativas de viverem em locais dignos e seguros, constroem suas frágeis moradias às margens dos rios e encostas.

Os afetados/as que participaram no II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, indignados com a falta de respostas das autoridades às trágicas consequências dos desastres que se abateram sobre suas comunidades [desastres esses ocorridos na Região Serrana (RJ), no Morro do Baú (SC), no rompimento de barragens (PI) e nas enchentes no Jardim Helena (SP)], compreenderam que era importante criar um movimento de articulação

e interlocução entre as comunidades afetadas por desastres socioambientais, no intuito de sensibilizar os afetados/as para uma reflexão sobre a importância de cada um sair do papel passivo de vítima, resgatar seus valores de cidadania e assumir o papel ativo de protagonista nesse cenário de risco e vulnerabilidade criado e/ou mantido por interesses políticos e econômicos dissonantes e conflitivos aos do referido movimento, para lutar por seus direitos.

A partir dessas oportunidades de reconhecimento desses atores políticos, que culminaram com uma manifestação da comissão nacional provisória do MONADES, foram plantadas cinco mil cruzes na Esplanada dos Ministérios, simbolizando os milhares de brasileiros/as mortos/as por desastres socioambientais.



Figura 1 Cinco mil cruzes na Esplanada dos Ministérios. Fonte: Acervo MONADES.

A presença da mídia nacional e internacional foi fundamental para a visibilidade do MONADES. Por efeito da referida manifestação, a comissão provisória do MONADES foi convidada para uma audiência com o então ministro das Ciências e Tecnologia, Aloísio Mercadante, que reconheceu a importância do movimento, sobretudo pela contribuição que poderia dar nas discussões de políticas públicas de enfrentamento dos desastres socioambientais, e prontificou-se a abrir canais de interlocução com o governo federal.

Vários encontros de trabalho foram realizados em Brasília. Em cada encontro, a comissão aproveitava para marcar audiência com o governo federal. Sucederam várias audiências e, em cada uma delas, a comissão encaminhou um documento baseado na luta por direitos básicos dos afetados/as, pelo direito de participar das discussões, elaboração, implantação e acompanhamento de políticas públicas para o enfrentamento dos desastres socioambientais, moradias dignas em lugares seguros, saúde física e mental, educação e segurança.

É importante destacar que, embora o objetivo do MONADES seja construir uma rede de articulação entre as pessoas, grupos e comunidades afetados por desastres socioambientais, sensibilizando-os, organizando-os e empoderando-os,

para assumirem o protagonismo na luta pelos seus direitos, no momento, a comissão está mais voltada para interlocuções com os gestores públicos em razão das emergências que exigem ações mais enérgicas do poder público.



Figura 2 Audiência na Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República. Fonte: Acervo MONADES.

Em fevereiro de 2012, em Brasília, na audiência com a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, o MONADES encaminhou um documento propositivo mencionando a realidade em que se encontravam os afetados/as por desastres socioambientais em todo o território nacional e propôs, dentre outras coisas, a participação dos mesmos como protagonistas na definição das iniciativas que reconstruirão suas condições de vida destruídas pelos diferentes tipos de desastres socioambientais que enfrentaram.

Em abril de 2012, o MONADES somou-se à Cáritas Brasileira e ao Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social na realização do Seminário de Mudanças Climáticas do Rio de Janeiro, em Teresópolis, que contou com a presença de afetados/as de Teresópolis, Petrópolis, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Niterói, Sumidouro, Bom Jardim e Areal, todos municípios do Rio de Janeiro impactados por desastres socioambientais.

Além dos afetados/as, participaram entidades e instituições cujas ações estão voltadas para os cuidados com os protagonistas dos desastres socioambientais, autoridades eclesiais e representantes dos governos federal, estadual e municipal.

Ao final do seminário, o coletivo elaborou um documento que foi entregue às autoridades dos três níveis de governo. Em maio de 2012, em Brasília, o MONADES, acompanhado pelo Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, em audiência com membros dos Ministérios de Integração, Desenvolvimento e da Cidade, protocolou um documento no qual cobrava resposta do governo federal para as questões que o movimento havia pontuado nas audiências anteriores.

Em junho de 2012, no Rio de Janeiro, o MONADES, com a presença de representantes de vários estados da federação, realizou sua I Assembleia Geral, ocasião em que consolidou o movimento e elegeu a Comissão Nacional Definitiva, com exercício bianual.

Nesse período, realizava-se, no Rio de Janeiro, a RIO+20, oportunidade que o MONADES teve de participação ativa nas discussões sobre Aquecimento Global, Mudanças Climáticas e suas consequências nas Assembleias da Cúpula dos Povos. Pode, inclusive, encaminhar a proposta que incluísse no relatório final o desafio da realização de um Encontro Latino-Americano de Afetados por Desastres Socioambientais, como ensaio para um encontro mundial. Essa propositura está afinada com a projeção da ONU que, com base em estudos recentes, estima aumento significativo no número de afetados/as por desastres socioambientais.

Em julho de 2012, em Brasília, a Comissão Nacional se encontrou para uma reunião de planejamento, ocasião em que foram avaliados os avanços e recuos das ações de articulações com as comunidades e de que ações precisariam para a realização dos objetivos do movimento.

Após várias análises, verificou-se que ainda havia muito por se fazer. O grande desafio era a organização do movimento junto às comunidades e, para isso, seriam necessários recursos financeiros. A comissão decidiu, então, elaborar projetos de captação de recursos para as instituições nacionais e internacionais comprometidas com as questões defendidas pelo movimento.

Aproveitando a oportunidade da presença da comissão em Brasília, foi marcada uma audiência com a Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades.

Em outubro de 2012, em Brasília, deu-se a Reunião da Comissão Nacional para avaliar os avanços do ano que se encerrava e definir e construir o material didático para animação das comunidades. A comissão aproveitou a oportunidade para encaminhar um documento na audiência com o Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O MONADES, com a ajuda do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social e seus apoiadores, como a CNBB, a Cáritas Brasileira e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), reconhece as dificuldades que terá de enfrentar na organização, capilarização e fortalecimento do movimento até as comunidades distantes dos centros urbanos, mas não tem medido esforços para atingir tais objetivos. Além da interlocução com os gestores públicos, procura marcar presença em todos os eventos que trate do tema *desastres*, por entender que, quanto maior for a rede construída, maior será a visibilidade e melhor serão os resultados obtidos.

Já para ilustrar a parte da sociedade civil que habitualmente sofre com o descaso e a resistência do Estado, o caso da comunidade do bairro Jardim Helena, no município de São Paulo, é muito elucidativo.

O bairro Jardim Helena tem seis mil famílias, que construíram ali suas moradias e seus meios de subsistência. Parte dos moradores constitui regime

familiar a partir de unidades agrícolas, com produção de hortaliças e outros produtos que geram excedentes e são comercializados no SEASA de São Paulo.

Em 1997, o governo do Estado de São Paulo, em conjunto com algumas prefeituras da região (São Paulo, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes, Biritiba, Pirituba, Mirim e Salesópolis), pleitearam a criação do Parque Linear da Várzea do Tietê, que promove a conexão de dois fragmentos de mata já existentes: o Parque Ecológico do Tietê (Penha) e o Parque Nascentes do Tietê (Salesópolis). O projeto, com 75 km de extensão e 107 km² de área, foi apresentado pelo DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica) em 20 de julho de 2010 e teve início no ano seguinte (informações disponíveis no site do DAEE).

O investimento previsto para o referido projeto é de R\$ 1,7 bilhão para um prazo de 11 anos, até o ano de 2020, e sua implantação está dividida em três fases. A primeira fase, de cinco anos, entre 2011 e 2016, compreende um trecho de 25 km, entre o Parque Ecológico do Tietê e a divisa de Itaquaquecetuba. A segunda fase tem 11,3 km e abrange a várzea do rio em Itaquaquecetuba, Poá e Suzano, com previsão de término no ano de 2018. Já a terceira, com 38,7 km, se estenderá do município de Suzano até a nascente do Tietê, em Salesópolis, e deverá ser concluída no ano de 2020. Na primeira fase, o investimento será de R\$ 349,7 milhões, sendo 42% oriundo do governo do Estado de São Paulo e 58% de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Lideranças locais afirmam que até 2009, ano que antecede a construção de alguns diques no rio Tietê (Penha e Vila Romana), não havia enchentes naquelas localidades. A partir de então, grandes enchentes passaram a ser recorrentes, sendo que na primeira delas comunidades inteiras ficaram 72 dias com suas moradias submersas nas águas poluídas. Isso se deve ao controle de vazão de água nos trechos do rio, regulados pelos diques. Como estratégia preventiva para refrear a inundação de trechos das vias da marginal Tietê, fecham-se as comportas rio a montante, o que acaba inundando parte das moradias, vias locais e demais estabelecimentos das comunidades que ali residem, incluindo o Jardim Helena, o qual engloba, dentre outros, o Jardim Pantanal.

Em 2009, teve uma tragédia anunciada. Depois que fizeram a barragem da Penha, na primeira chuva forte, deu seis horas da manhã e o rio não parava de encher, até que invadiu tudo as casas. Chegou pela cintura a água, correria pra salvar as coisas. Fomos lá no dique pra ver o que tinha acontecido. Chegando lá descobrimos que deu enchente porque eles fecharam a barragem da Penha e abriram a de Mogi das Cruzes. Danouse, ficou alagado por 72 dias. Fizemos até denúncia no Ministério Público, na Comissão dos Direitos Humanos, na Defensoria Pública. Ficou claro que eles deixaram de encher na marginal pra deixar encher pra cá. E de uns tempos pra cá começou a dar enchente sanfona, sabe?! Enche rápido, com muita força, e esvazia rápido também. Num só dia

chega a encher três, quatro vezes (Cristóvão Oliveira, liderança comunitária, 2013).

Nessa primeira grande enchente, muitas famílias foram realocadas em um município vizinho. No entanto, não houve nenhum programa municipal ou governamental que possibilitasse a integração social desses moradores na nova localidade, fazendo com que muitos deles retornassem ao bairro antigo e o ocupassem novamente.

Outro problema que tem sido frequentemente enfrentado pelos moradores das comunidades atingidas é a transmissão de doenças, como a leptospirose, a dengue, a diarreia, as micoses. Observam os moradores que, assim que as águas começam a baixar, dá-se início à ocorrência dessas enfermidades.

Segundo a liderança local, foi acordada com a Prefeitura de São Paulo (2012-2016) a construção de 55 mil casas na região metropolitana de São Paulo, em diversas localidades. A intenção é a de que, no momento do deslocamento dessas famílias, o local de destino tenha mínimas condições de habitação, tais como acesso ao transporte público, saneamento básico, centros e postos de saúde da família, dentre outros direitos. Contudo, é grande a preocupação dos moradores com a banalização do uso da violência nos processos de deslocamento compulsório, os quais têm ocorrido e sido denunciados pelas comunidades afetadas no âmbito do projeto do Parque. No Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, a denúncia de ações truculentas e de abuso de poder durante ações de deslocamento compulsório ocorridas na Chácara Três Meninas, sem aviso prévio, revela essa prática.

Segundo o Observatório de Remoções, 10.191 famílias serão desapropriadas (dados SEHAB), enquanto a Secretaria de Saneamento e Energia do estado estima em 7.500 famílias. De acordo com um representante das comunidades ameaçadas, mais de 7.000 famílias sofrerão com os deslocamentos, sendo que até o momento cerca de 1.800 já foram deslocadas. Desse total, aproximadamente 480 famílias foram retiradas à força do Jardim Romano e 1320, do Jardim Helena, o qual engloba a Vila da Paz, Novo Horizonte, Vila das Flores e o Jardim Pantanal. Segundo o Dossiê de Articulação Nacional dos Comitês Populares, o número de famílias já deslocadas compulsoriamente é muito maior, cerca de 4.000.

O termo “remoção de pessoas”, no que concerne à relação social, é naturalizado e empregado pelos próprios agentes do Estado, o qual representa por si só um indício de que a desterritorialização arbitrária das famílias é tida como algo legítimo. Trata-se de três violências praticadas contra o outro: retira sua humanidade, tiraniza-o e arbitra-se sobre seu destino (VALENCIO, 2011).

De acordo com informações oficiais, o principal objetivo do programa para revitalizar o Parque Linear do Tietê é recuperar e proteger a função das várzeas do rio, além de funcionar como um regulador de enchentes. Desta forma, respaldado por um forte argumento ambiental, o projeto se legitima junto à opinião pública, e os efeitos sociais dessa política, especialmente aqueles decorrentes dos deslocamentos compulsórios promovidos em função de sua implantação, são ocultados e negligenciados.

As práticas técnicas da COBRAPE (Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos) são uma preocupação das comunidades que sofrem processos de deslocamento compulsório. Sem dar qualquer explicação aos moradores das comunidades sujeitas a esse processo de deslocamento, funcionários da referida companhia fotografam ruas e casas do bairro ao menos quatro vezes ao mês. Tais práticas identificam claramente uma violência simbólica contra o direito comunitário de ser informado sobre o propósito dos dados que podem, potencialmente, prejudicar o poder de negociação dos moradores locais. Indagados sobre quantas pessoas serão efetivamente deslocadas, na fase inicial das desocupações ou questões similares, os funcionários da companhia se esquivam. Além disso, todo e qualquer reparo nas moradias fotografadas fica proibido, sob pena de multa da prefeitura caso desobedeçam à ordem.

O que a gente não acha justo é eles virem aqui fotografar o que bem entendem, não explicar nada pra gente, não dar data direitinho, parece que nem estamos ali. Pior mesmo foi ano passado: eles chegavam nas casas onde pai e mãe estavam trabalhando e pediam o documento pra criança que ficava em casa: Oh, menino, chega aqui no portão. Seu pai taí? Não, respondia o menino. E sua mãe? Também não. Será que você consegue achar pra gente o documento da mãe ou do pai pra fazer um cadastro? Daí a criança trazia. Meses depois chegava na casa a ação de despejo, como se tivesse sido acordado pelas partes (Cristóvão Oliveira, liderança comunitária, 2013).

Na reunião que tiveram com o atual prefeito de São Paulo, foi abordado que a gestão anterior não constituiu nenhum Plano Emergencial contra Desastres. Foi pleiteada, após a exposição de cada lado, a implantação de um campus da UNIFESP com curso de Medicina nas proximidades do bairro. Foi igualmente anunciada a doação, pela Prefeitura de Guarulhos, de um terreno de 2.742 m², onde estudam a possibilidade de construir uma Clínica de Reabilitação, que poderá atender de 600 a 800 pessoas.

Trazer a faculdade pra perto será um grande benefício pra comunidade. Assim, os alunos que se formarem ou que estiverem se formando podem atender o pessoal da região. A gente sabe que precisa de atendimento médico, mas com um curso de medicina aqui por perto fica melhor, mais acesso pra todo mundo. O governo não chama a gente de favelado? Então, queremos formar favelado em doutor (Cristóvão Oliveira, liderança comunitária, 2013).

Outra reivindicação da liderança de moradores do Jardim Pantanal refere-se ao desassoreamento do rio Tietê, que só tem logrado êxito em alguns trechos do rio: “É como tomar banho e só lavar o pé, não resolve nada”.

Para a liderança local, antes de qualquer ação do governo do estado ou de prefeituras municipais, é necessário ouvir os moradores, pois somente assim serão consideradas suas reais necessidades:

Precisa de políticas públicas que considerem a participação da comunidade, porque quem sabe das coisas que acontece na comunidade é a gente, porque a gente que mora e sabe de tudo que acontece em nossa comunidade. A primeira medida que tem que ser tomada é ouvir a voz do povo, considerar o que o povo fala. Sentar à mesa com água e não com uísque para decidir o que é melhor pra gente, mas com a nossa participação. Porque nesse Brasil tem muita terra sem gente e muita gente sem terra (Cristóvão Oliveira, liderança comunitária, 2013).

PARA CONCLUIR

A síntese que trouxemos sobre o debate científico destaca a deficiência nas ações preventivas e remediativas às situações de desastre, dentre as quais a pouca ou nenhuma participação comunitária na formulação de políticas públicas no tema. Reconhece, ainda, que o desastre acontece no tempo social, ou seja, que há dimensões mentais, relacionais e simbólicas envolvidas e que precisam ser incorporadas às iniciativas de antecipação e reconstrução local. Ademais, não menos importante, destaca que a participação comunitária de antecipação à recuperação de danos deve ocorrer em todos os níveis de governo.

Os relatórios técnicos analisados, embora reconheçam deficiências em ações de prevenção e remediação em situações de desastre na região, especialmente no Brasil, não valorizam a participação das lideranças comunitárias como algo imprescindível para a construção de políticas públicas exitosas de redução dos riscos de desastres. As recomendações voltam-se predominantemente para a necessidade de aumento do quadro técnico, condições financeiras das instituições implicadas e reforço técnico dos sistemas de monitoramento e previsão. Isso, embora importante, a nosso ver não substitui a necessidade de diálogo político e técnico com as comunidades em processo de vulnerabilização e não são medidas eficazes se não estabelecidas a partir de uma relação de confiança e controle social.

O conhecimento empírico sobre o contexto de desastre, que aqui é apresentado pela experiência de lutas travadas pelo Movimento Nacional de Atingidos por Desastres e pela liderança comunitária do Jardim Helena (SP), demonstra que são muitos os desafios a superar para que a formulação de políticas públicas as leve plenamente em consideração.

Dentre as variadas medidas a adotar diante dos desastres, desde a prevenção à recuperação, aquelas que contarem com a participação ativa das comunidades envolvidas terão maiores chance de êxito do que as que partirem do princípio de que essa relação política é desvantajosa. Tanto a prevenção quanto a recuperação comunitária não devem ser concebidas como algo puramente referido aos objetos na paisagem, em torno dos quais são tomadas medidas estruturais, mas sim ter como ponto de partida os repertórios de sentidos desenvolvidos coletivamente pela comunidade, que só têm valor naquele local e que, portanto, devem ser considerados na criação de procedimentos que garantam a segurança dessa coletividade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.. **Território, localismo e política de escalas**. In: ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 13-32.
- ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A., BEZERRA, G de N. **O que é Injustiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 160 p.
- ALEXANDER, D. **Plannig for Post-Disaster Reconstruction**. Apresentado no Conference on Post-Disaster Reconstruction, 2004.
- BADRI, S.A, ASGARY, A., EFTEKHARI, A.R., LEVY, J. **Post-disaster resettlement, development and change: a case study of the 1990 Manjil earthquake in Iran**. *Disasters*, Dec/2006, Vol.30, No.4, p.451-468.
- BOEN, T., JIGYASU, R. **Cultural Considerations for Post Disaster Reconstruction Post-Tsunami Challenges**. Apresentado na UNDP Conference, 2005.
- BRITTON, N.R., LINDSAY, J. **Demonstrating the Need to Integrate City Planning and Emergency Preparedness: Two Case Studies**. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Ago/ 1995, Vol.13, No.2, p.161-178.
- DAEE, **Projeto Parque Linear do Tietê**. Disponível em: http://www.dae.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=370:parque-varzeas-do-tiete-o-maior-parque-linear-do-mundo&catid=48:noticias&Itemid=53
- IFRC (2011) **Analysis of legislation related to disaster risk reduction in Brazil**. Disponível em: http://www.ifrc.org/PageFiles/86951/1213800-IDRL_Analysis_Brazil-EN-LR.pdf.
- HÉMOND, Y., ROBERT, B. **Preparedness: the state of the art and future prospects**. *Disaster Prevention and Management*, Vol.21, No.4, 2012, p.404-417.
- KAPUCU, N. **Collaborative emergency management: better community organising, better public preparedness and response**. *Disasters*, Jun/ 2008, Vol.32, No.2, p.239-62.
- KARANCI, N.A., AKSIT, B. **Building Disaster-Resistant Communities: Lessons Learned from Past Earthquakes in Turkey and Suggestions for the Future**. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Nov/ 2000, Vol.18, No.3, p.403-416.
- KIRSCHENBAUM, A. **Disaster Preparedness: A Conceptual and Empirical Reevaluation**. *Internacional Journal of Mass Emergencies and Disasters*, Março/ 2002, Vol.20, No.1, p. 5-28.
- O'BRIEN, K. **The social, institutional and human context: a missing chapter of the IPCC Fourth Assessment Report?** IPCC Working Group II Scoping Meeting on Extreme Events and Disaster, 2007.
- PERRY, R.W., LINDELL, M.K. **Preparedness for Emergency Response: Guidelines for the Emergency Planning Process**. *Disasters*, 2003, Vol.27, No.4, p.336-350.
- QUARANTELLI, E.L. **Social Aspects of Disasters and their Relevance to Pre-Disaster Planning**. Apresentado para o London Technical Group Seminar, the Royal Society, London, England, Junho/ 1976.
- QUARANTELLI, E.L. **Major Criteria for Judging Disaster Planning and Managing and Their Applicability in Developing Societies**. Disaster Research Center, University of Delaware, 1998.

QUARANTELLI, E.L. **Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina**, 2006. Social Science Research Council. Disponível em: <http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>, acessado em 22 de dezembro de 2012.

UNISDR (2005) **Marco de Acción de Hyogo 2005-2015 – Aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres**. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/18197_provisionalspanishversionmidtermrev.pdf

UNISDR (2013) **América Del Sur: uma visão regional de La situación de riesgo de desastres**. Disponível em:

http://www.eird.org/wikiesp/images/Visi%C3%B3n_regional_de_la_situaci%C3%B3n_de_riesgo_de_desastres_America_del_Sur_FINAL.pdf

VALENCIO, N.F.L.S. **Da área de risco ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária**. In: VALENCIO, N.F.L.S. et al. (orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VALENCIO, N.F.L.S. **Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro**. Saúde e Sociedade (USP. Impresso), v. 19, p. 748-762, 2010.

VALENCIO, N.F.L.S. **Xô daqui – A produção social dos “removíveis”**. Artigo de Opinião, disponível no site do Núcleo de Estudos e pesquisas Sociais em Desastres, da Universidade Federal de São Carlos, (NEPED/ UFSCAR). Disponível em: http://www.ufscar.br/neped/pdfs/artigos_de_opiniao/Artigo_de_opiniao_-_Norma_Valencio.pdf_-_2011-2.pdf

VALENCIO, N. F. L. S.; OLIVEIRA, R. C.; MARCHEZINI, V.; SIENA, M.. **Desastres e Desamparo Coletivo: o ente público diante dos grupos afetados**. In: Marilina Conceição Oliveira B. S. Pinto; Maria de Jesus Moraes; Jacob Carlos Lima. (Org.). *Processos de Territorialização e Identidades Sociais*. 1ed. São Carlos: RiMa, 2012, v. II, p. 123-144.